



XXV Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos

Alimentação: a árvore que sustenta a vida

X CIGR Section IV International Technical Symposium

Food: the tree that sustains life

24 a 27 de outubro de 2016 • FAURGS • GRAMADO/RS

## O PAPEL DO PROGRAMA ESTADUAL DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR PARA A OFERTA DE ALIMENTOS SEGUROS

B.B. Roldan<sup>1</sup>, M.C.P. Noronha<sup>2</sup>, J. L. Santos<sup>3</sup>, L. B. Roldan<sup>4</sup>

1-Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócios– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Agronomia – CEP: 91540-000 – Porto Alegre – RS – Brasil, Telefone: 55 (51) 3308-6586 – Fax: 55 (51) 3308-6586 – e-mail: (brunabre@gmail.com)

2-Especialização Lato Sensu em Produção, Tecnologia e Higiene de Alimentos de Origem Animal-Departamento de Medicina Veterinária e Preventiva – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Ensino, Pesquisa e Tecnologia de Carnes – CEPETEC – CEP: 91540-000 – Porto Alegre – RS – Brasil, Telefone: 55 (51) 3308-6137 – e-mail: (milanoronha@yahoo.com.br).

3 - Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária – Universidade Luterana do Brasil, Campus Canoas – CEP: 92425-900 – Canoas – RS – Brasil, Telefone: 55 (51) 3218 3356 –e mail:(lop\_junior@yahoo.com.br).

4- Programa de Pós-Graduação em Administração – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul,– CEP: 90619-900 – Porto Alegre – RS – Brasil, Telefone: 55 (51) 3353-7946 – e-mail: (lucas.roldan@pucrs.br)

**RESUMO** – O Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul possui como um dos seus objetivos, a promoção do aumento da oferta de produtos processados em quantidade e qualidade nutricional e sanitária adequadas, pois quando os alimentos deixam de ser produzidos para o autoconsumo e passam a ser comercializados, eles precisam ser seguros e atender as legislações sanitária, ambiental e tributária. A legalização sanitária proporciona a agroindústria familiar sair da clandestinidade e poder ampliar seus mercados de comercialização. A agroindústria familiar é uma alternativa para a agregação de valor as matérias-primas produzidas na propriedade, permanência das famílias no campo e geração de renda. Os alimentos produzidos são diferenciados, produzidos em pequena escala, têm caráter artesanal e suas receitas são passadas de geração em geração, por isso incorporam a tradição e cultura alimentar. O objetivo deste trabalho foi apresentar o Programa Estadual de Agroindústria Familiar, como uma política pública voltada também a promoção de alimentos seguros.

**ABSTRACT** – The State Program of Family Agroindustry State of Rio Grande do Sul has as one of its objectives the promotion of increased supply of processed products in adequate quantity and nutritional and sanitary quality, because when foods are no longer produced for self and become commercialized, they need to be safe and they need to be safe and meet the health , environmental and tax laws. The health legalization provides family agroindustry come out of hiding and be able to expand their trading markets. The family agroindustry is an alternative to adding value to raw materials produced on the property, families stay in the field and generate income. Food produced are differentiated, produced on a small scale, they have handmade character and its revenues are from generation to generation passed, so incorporate the tradition and food culture. The objective of this study was to present the State Program of Family Agribusiness, as a public policy also promoting safe food.



XXV Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos

Alimentação: a árvore que sustenta a vida

X CIGR Section IV International Technical Symposium

Food: the tree that sustains life

24 a 27 de outubro de 2016 • FAURGS • GRAMADO/RS

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura familiar; segurança do alimento; comercialização.

**KEYWORDS:** Family agriculture; food safety; commercialization.

## 1. INTRODUÇÃO

A fabricação de alimentos sempre esteve presente na agricultura familiar, em um primeiro momento para o autoconsumo da família, vinculada principalmente ao trabalho da mulher, e em um segundo momento para a troca ou comercialização. Os próprios portugueses, seguidos por franceses, ingleses e holandeses, ao chegarem ao Brasil, desenvolveram culturas que possibilitaram a agroindustrialização, como a cana-de-açúcar e o café. Posteriormente, os bandeirantes tiveram papel fundamental para a colonização do interior do país e para a agroindustrialização, disseminando a produção de cachaça, rapadura e charque. No final do século XIX, com a chegada dos imigrantes, principalmente italianos e alemães, a agroindustrialização de matérias-primas da propriedade ficou mais evidenciada, com a produção de salames, queijos e pães (Prezotto, 2005).

Alimentos produzidos a partir de receitas passadas de geração em geração, pães assados em forno a lenha, biscoitos artesanais, queijos e salames sem aditivos conquistam o paladar, são diferenciados, pois trazem consigo, além do sabor, os hábitos e costumes dos locais onde são produzidos e remetem o consumidor ao passado, ao lhe lembrar do tempo em que morava no interior, da comida de sua avó (Marsden, 1999). Ou seja, a agroindústria familiar traduz um modo de produção tradicional e histórico, com valorização de práticas artesanais de produção.

E assim normalmente se iniciam as vendas, inicialmente para parentes e vizinhos, baseadas na confiança entre o consumidor e o produtor e à margem da legalização. Com o passar do tempo, devido ao aumento das vendas, surge a necessidade de ampliar a produção e adequar-se as legislações e essa nova estrutura irá interferir nas relações familiares e de trabalho, pois, necessitando de mais mão-de-obra, a agroindústria agregará membros da família, como filhos, netos, parentes e vizinhos, contribuindo assim para a geração de trabalho e renda na comunidade (Mior, 2005; Wilkinson e Mior, 1999).

Há dois grupos de autores que tem desenvolvido contribuições importantes para o estudo das agroindústrias. Há um grupo que pretende entender a dinâmica da agroindústria familiar através da sociologia econômica, utilizando como elementos as relações sociais, os mercados locais e circuitos locais de comercialização (Wilkinson, 2002). O outro grupo procura explicar as agroindústrias através de conceitos como produção artesanal, pequena escala de produção, validação social da qualidade (Mior, 2005). A agroindústria familiar possui algumas características: forma familiar de produção, administração e trabalho, construção ativa das próprias estratégias, pequena e média escala aliada a produtos diferenciados, base material de recursos controlada pela família, economia de escopo (Gazolla, 2012).

Fundamentalmente, a matéria-prima das agroindústrias familiares é oriunda da propriedade rural e a transformação desta matéria-prima tem como objetivo a agregação de valor, seja econômico, através da transformação dos alimentos e possível venda, ou social, com valorização do trabalho familiar e das tradições culturais. A comercialização se dá, além da proximidade local, pela proximidade social, muitas vezes devido a informalidade dessas



XXV Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos

Alimentação: a árvore que sustenta a vida

X CIGR Section IV International Technical Symposium

Food: the tree that sustains life

24 a 27 de outubro de 2016 • FAURGS • GRAMADO/RS

agroindústrias e devido as relações de confiança e lealdade desenvolvidas entre os agricultores e consumidores (Gazolla, 2012). No entanto, quando a produção de alimentos é destinada a comercialização, ela precisa atender a uma série de exigências legais, de ordem sanitária, para garantir a segurança do consumidor, ambiental, evitando danos ao meio ambiente e tributária e/ou fiscal. E o Estado, como responsável pela saúde pública, tem papel fundamental em promover esta legalização, que proporcionará o consumo de alimentos seguros e a possibilidade de ampliação de mercados para estes empreendimentos. O objetivo deste trabalho foi apresentar o Programa Estadual de Agroindústria Familiar, como uma política pública voltada também a promoção de alimentos seguros.

## 2. O PROGRAMA ESTADUAL DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO SUL

No ano 2000, no estado do Rio Grande do Sul, foi criado, através de um Decreto (Decreto Estadual nº 40.079 de 09 de maio de 2000), o Programa Estadual de Agroindústria Familiar, com posterior regulamentação através da Instrução Normativa nº 04 de 2 de abril de 2002, expedida pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, como um programa de governo e objetivando a implantação de agroindústrias familiares e agregação de valor aos alimentos produzidos. Para evitar que o programa estadual fosse extinto, e objetivando a criação de uma política de estado, em Janeiro de 2012 foi publicada a Lei nº 13.921 que instituiu a Política Estadual de Agroindústria Familiar, que além de definir os conceitos de agroindústria familiar e agroindústria familiar de pequeno porte e produção artesanal e definir o público a ser atendido pela política, traz os objetivos, dos quais destaca-se a promoção do aumento da oferta de produtos processados em quantidade e qualidade nutricional e sanitária, estabelecendo prioridade aos agroecológicos e o fomento à implantação e a regularização. Estes objetivos explicitam a preocupação do estado no oferecimento de alimentos seguros à população.

Para o atingimento dos objetivos propostos, a política é executada através do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), criado pelo Decreto nº 49.341/2012 (Rio Grande do Sul, 2012), coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e executado pela Emater/RS-Ascar.

O PEAF é composto por duas etapas: a primeira etapa consiste no cadastro do público assistido que possui agroindústria (formal ou informal) ou tem a intenção de iniciar o processo de fabricação de alimentos. Após o cadastramento, o assistido recebe um Atestado de Cadastramento, que possibilita que ele receba assistência técnica, acesse linhas de financiamento e participe de capacitações de forma gratuita e continuada. O segundo momento consiste na inclusão da agroindústria familiar, quando são apresentados o Alvará Sanitário (produtos de origem vegetal), ou Registro no Órgão de Inspeção (produtos de origem animal) ou registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (sucos, polpas e bebidas alcoólicas), licenciamento ambiental e laudo de potabilidade de água. Estando inclusa a agroindústria recebe um Certificado de Inclusão que a habilita a comercializar os produtos e participar de feiras promovidas pela Estado.

Outro benefício oferecido pelo Programa para os microprodutores rurais (pessoa física) é a possibilidade de comercialização direta ao consumidor final dos produtos agroindustrializados, que constam na DRP nº 45/1998 (Rio Grande do Sul, 1998), através do talão de produtor, sem necessidade de constituição de um CNPJ. Para isso, após a conferência



dos documentos é procedido o vínculo do empreendimento junto ao cadastro de contribuinte da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS.

### 3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir de 2011 todos os agricultores que participavam do PEAf foram recadastrados e um novo sistema de cadastro foi criado. A Tabela 1 apresenta o número de cadastros realizados desde 2011, onde é possível verificar um aumento do número de cadastros até 2013, com uma diminuição nos anos seguintes. Este fato está relacionado ao tempo que é necessário para que a informação chegue aos agricultores, pois os técnicos que atuam nos municípios precisam ser capacitados e posteriormente precisam sensibilizar os agricultores sobre a importância de acessar uma política como esta. O declínio após 2013 pode estar relacionado a troca de governo, que sempre traz consigo uma incerteza de como a política será executada.

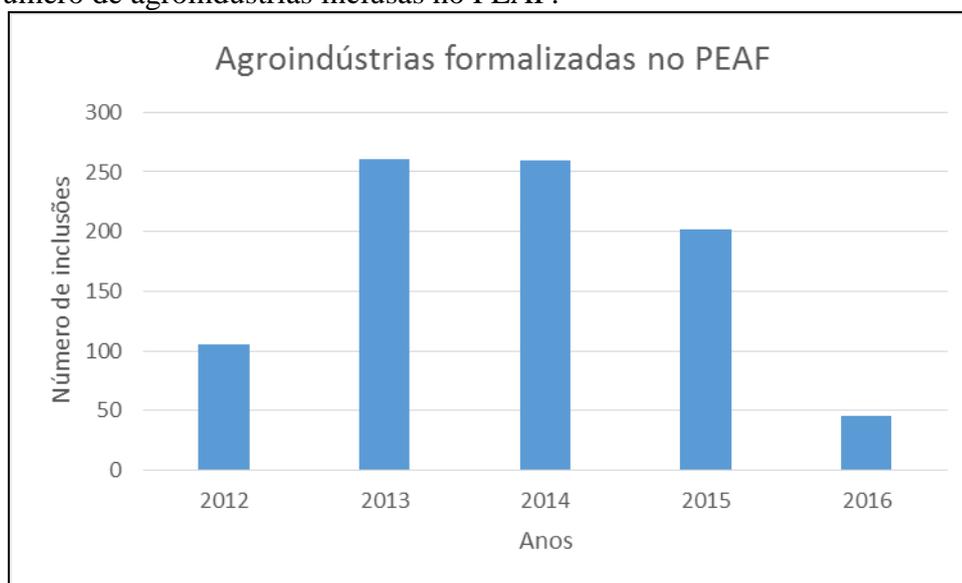
Tabela 1 – Número de cadastros de agricultores no PEAf.

Ano	Cadastros
2011	233
2012	407
2013	773
2014	655
2015	336
Até abril/2016	73

Fonte: Autor

A Figura 1 apresenta o número de inclusões de agroindústrias a partir de 2012, onde é possível observar que o número de inclusões mais do que dobrou entre os anos de 2011 e 2012, se estabilizou entre 2013 e 2014 e apresentou leve declínio no ano de 2015, provavelmente justificado pela troca de gestão no governo estadual.

Figura 1- Número de agroindústrias incluídas no PEAf.



Fonte: Autor



XXV Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos

Alimentação: a árvore que sustenta a vida

X CIGR Section IV International Technical Symposium

Food: the tree that sustains life

24 a 27 de outubro de 2016 • FAURGS • GRAMADO/RS

Hoje, de acordo com os dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, o Programa conta com um total de 2692 famílias cadastradas e 872 agroindústrias inclusas (Rio Grande do Sul, 2016). No Censo Agropecuário de 2006, 30.255 estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul declararam obter renda com produtos processados, com valor de comercialização de R\$ 95.664.000,00, ou seja, há ainda muito trabalho a ser feito, com o objetivo de legalizar a produção de alimentos.

#### 4. CONCLUSÕES

A produção de alimentos sem legalização sanitária é uma realidade tanto na agricultura familiar, como na produção urbana. A agricultura familiar, por ter uma política própria, está tendo desde 2000, quando se criou o Programa Estadual de Agroindústria Familiar, auxílio governamental para sua legalização. É preciso esclarecer os agricultores que a legalização, além de promover a oferta de um alimento seguro a população, também permitirá que ele saia da clandestinidade, podendo acessar novos mercados de comercialização, como os mercados institucionais.

O trabalho conjunto de várias entidades do setor, como Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, EMATER/RS-Ascar, sindicatos, movimentos sociais, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Prefeituras são de fundamental importância para que todos os esforços sejam somados para atingir o mesmo objetivo: oferecer alimentos seguros a população e viabilizar a agricultura familiar.

Além disso, as legislações sanitárias, principalmente de produtos de origem animal, precisam ser adequadas a realidade de uma agroindústria familiar, que não possui funcionários, trabalha em bateladas, não processa diariamente e não adquire matéria-prima de terceiros.

#### 5. AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e a EMATER/RS-Ascar.

#### 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Censo Agropecuário*.
- Brasil, Ministério da Educação e Cultura. (2010). *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências* (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010). Diário Oficial da República Federativa do Brasil.
- Gazolla, M. (2012). *Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Marsden, T. (1999). Rural Futures: The Consumption Countryside and its Regulation. *European Society for Rural Sociology*. 39(4), 501-526.
- Mior, L. C. (2005). *Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- Prezotto, L. L. (2005) *A sustentabilidade da agricultura familiar: implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria*. Fortaleza: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung e Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano.



XXV Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos

Alimentação: a árvore que sustenta a vida

X CIGR Section IV International Technical Symposium

Food: the tree that sustains life

24 a 27 de outubro de 2016 • FAURGS • GRAMADO/RS

Rio Grande do Sul. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (2016). *Agroindústrias familiares inclusas no PEAFA*. Disponível em: [http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20160613150056relacao\\_de\\_agroindustrias\\_inclusas\\_no\\_peaf\\_publicacao\\_maio2016.pdf](http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20160613150056relacao_de_agroindustrias_inclusas_no_peaf_publicacao_maio2016.pdf)

Rio Grande do Sul. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (2012). *Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul* (Lei nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012). Diário Oficial do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2000). *Institui o Programa Estadual de Agroindústria Familiar* (Decreto Estadual nº 40.079 de 09 de maio de 2000). Diário Oficial do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (2012). *Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de certificação "Sabor Gaúcho" e dá outras providências*. (Decreto Estadual nº 49.341, de 05 de julho de 2012). Diário Oficial do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Fazenda (1998). *Expede instruções relativas às receitas públicas estaduais*. (Instrução Normativa DRP nº 045/1998). Diário Oficial do Rio Grande do Sul.

Wilkinson, J., (2002). Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Fundação de Economia e Estatística*, 23(2), 805-824.

Wilkinson, J., e L. C. Mior. (1999). Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29-45.